

Em assembleia, índios discutem a posse da terra

RICARDO CARVALHO

ALDEIA XAVANTE DE SÃO MARCOS — "O nosso clamor se eleva aos quatro cantos do País, não para exigir projetos de saúde e desenvolvimento comunitário. Isto é secundário no drama histórico atual dos povos indígenas do Brasil. O que nos importa no momento é a garantia de nossas terras, nossa herança de berço das nossas tradições culturais".

Este é um trecho de um dos documentos que emergiram da 11.ª Assembleia Nacional de Chefes Indígenas, realizada de segunda a sexta-feira na Aldeia Xavante de São Marcos, no Norte de Mato Grosso e que reuniu pela primeira vez 67 caciques e representantes de 17 nações indígenas brasileiras, além de membros de duas tribos paraguaias, especialmente convidados para o encontro.

O documento, lido por um dos membros da nação Paresi, embora não tenha sido votado pela assembleia, espelha com fidelidade os dias de intensa discussão dos problemas indígenas, além das candentes denúncias tanto contra a atuação da FUNAI, como contra a ação das missões.

Em relação a 11.ª Assembleia, o documento afirma que "antes de tudo, queremos deixar claro que a iniciativa do encontro e as declarações são puramente e somente dos índios. Ao contrário do que pensam muitos, principalmente aqueles que estão interessados em exterminar com as sociedades indígenas dizendo que os padres, são instigadores dos índios. Isso — prossegue o documento — simplesmente é um grave erro por não quererem reconhecer que também somos capazes de procurar, discutir e solucionar os nossos problemas e, se até agora não fomos capazes de fazer isso, demonstra realmente que até agora fomos massacrados, oprimidos, principalmente pelo órgão do Governo, o extinto SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e atualmente a FUNAI, que não tiveram a iniciativa de aclarar nossas consciências pelos nossos direitos".

Referindo-se às missões, o texto afirma que elas "matam os índios por dentro, esquecem as nossas tradições, cultura e religião. Impõem-nos outra religião, desprezando os valores que já possuímos; isso descaracteriza-nos ao ponto de envergonharmos de sermos índios".

Em relação a FUNAI afirma o documento que o órgão teve de apresentar soluções imediatistas por problemas surgidos em algumas áreas indígenas, casos esses sempre referentes ao problema da terra, a maior preocupação dos índios brasileiros, fato que ficou patente nessa assembleia.

O documento deixa ainda o apoio aos índios Kaingang e Guarani do Rio das Cobras (no Estado do Paraná e da região de Nonoai, no Rio Grande do Sul), que expulsaram os colonos de suas terras.

"A luta dos Kaingang é também a nossa luta", afirma o documento, embora lastime também "a situação em que se encontram os colonos expulsos, vítimas também da inoperância do INCRA".

Apelando à população indígena do País "e a todos aqueles que de são consciência querem o bem estar do índio", o texto exige o cumprimento do artigo 65, da lei 6001 de 19 de dezembro de 1973, que prevê a demarcação das reservas indígenas no prazo de cinco anos depois daquela data:

"O não cumprimento deste item, cuja promessa consuma-se esse ano — afirma o documento — será o maior crime contra as sociedades indígenas que a política indigenista oficial pode infligir; é crime contra as sociedades indígenas porque o Governo estará fazendo uma grande ruptura numa tradição milenar das comunidades indígenas, que é o centro de nossa força e nossa união; é a unidade de um povo que não deve deixar de existir".

AS DENÚNCIAS

Durante os cinco dias do encontro, mais de 30 chefes indígenas revesaram-se nas denúncias, e, segundo esses caciques, a atual situação das tribos reunidas em São Marcos é a seguinte:

Paresi (Norte de Mato Grosso): desde 1970 que a FUNAI vem prometendo a demarcação da reserva. Nambicwara (Norte de Mato Grosso): existe apenas promessas da FUNAI para demarcação da reserva.

Irantxe (Norte de Mato Grosso): a FUNAI começou a demarcação parando a seguir para o total desconhecimento dos chefes indígenas. Richactsa-Canoelros (Norte de Mato Grosso): existe uma pressão muito grande para a construção de uma estrada que parte de Fontanilha, embora os índios não concordem com essa construção que atravessa sua região.

Cayabi (Norte de Mato Grosso, no município de Porto dos Gaúchos): os índios se encontram revoltados com a construção de uma hidroelétrica que avança 3 quilômetros em sua reserva, por não terem sido consultados. Esta questão é também preocupação da tribo Apiaká.

Papirapé (Norte de Mato Grosso): desde 1972 que a FUNAI promete a demarcação da reserva, apesar das diversas reclamações da tribo. O que já conseguiram foi apenas a demarcação de uma picada, faltando ainda 2 quilômetros para atingirem o Rio Araguaia, e os índios pretendem realizar esse trabalho restante até agosto.

Carajá (Ilha do Bananal): uma estrada está sendo construída na região e vai passar por dentro da reserva indígena, provocando protestos, "porque esta estrada vai trazer muitas pessoas para invadir a nossa aldeia".

Tucano (Amazonas): a reserva não está ainda demarcada e a educação é ministrada parte por alguns índios contratados e parte pela missão salesiana. **Caripuna** (Amapá): demarcação iniciada mas posteriormente interrompida sem nenhuma satisfação aos índios. Os representantes desta tribo presente denunciaram ainda a existência da Colônia Militar de Oiapoque, fazenda de criação de búfalos, localizada dentro da reserva.

Galibi (Rio Oiapoque): reivindicam a construção de uma enfermaria e a nomeação de uma atendente, "que pode ser um galibi mesmo". A reserva já está demarcada há alguns anos.

Kaingang (Santa Catarina): "Os índios sempre plantam nas coxilas (pontas das serras) e os brancos nas serras boas. Existe uma serraria no posto da FUNAI que prepara a madeira que dizem ser do índio, só que o índio não ganha nada".

Kaingang (Rio Grande do Sul): "A nossa área é a mesma de Nonoai (local de recentes conflitos entre posseiros e índios), mas o Governo do Estado dividiu a área e fez uma reserva florestal; então nós estamos apanhando dos guardas, impressados numa terrinha muito pequena, onde vivem 60 famílias".

Parque do Xingu (representantes Cayabi): o parque está sendo demarcado "e muitos fazendeiros vão reclamar mas não é só o branco que tem direito a terra, cada fazendeiro têm de 5 a 10 fazendas. Para que o branco quer tanta terra?".

Comunidade Indígena de Dourados — tribos Calowá, Guarani e Terena — (depouimento do índio Cláudio Nenito): "O Ramão Machado diz que é chefe dos índios mas ele não é nem filho de índio; os seus capangas que andam armados e maltrataram os índios são: Joel, Isnard, Manoel Moraes, Tanis Martins, Ivo Martins, Atanásio Bertolino, João Paraguai e Lázaro Paraguai. Os índios não querem Ramão como

chefe pois além de maltratar a gente, ele não foi escolhido por nós; ele também provoca muita briga entre os índios mais ingênuos".

"Ultimamente tem entrado na reserva paraguaios que derrubam matas, para vender lenha e o chefe do posto, Vandelino Bravin, não diz nada; os índios mexem apenas com a lavoura, não tem onde caçar, onde pescar e no ano em que a lavoura não produz nós passamos fome. Os rios pescáveis e as áreas de caça estão nas mãos dos fazendeiros e eles não permitem a caça". Os índios Guarani em Dourados somam cerca de 80 famílias e até hoje não tem "um local próprio para fazer a nossa aldeia".

Xavante (Norte de Mato Grosso): além de denunciarem os problemas de terra em algumas de suas aldeias, os representantes Xavantes preocuparam-se principalmente com as comunidades indígenas de Couto Magalhães e Sangradouro, locais onde reivindicam que a FUNAI faça uma nova demarcação, incluindo na reserva a Mata da Volta Grande, além de um cerado de 20 quilômetros "porque senão daqui um pouco o branco encosta na mata...".

PRÓXIMO PASSO

O bispo de São Félix do Araguaia, dom Pedro Casaldáliga, que esteve no encerramento da 11.ª Assembleia Nacional de Chefes Indígenas depois de participar de um encontro regional do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), da comunidade vizinha de Meruri, é de opinião de que estas reuniões de chefes indígenas não terão, a partir de agora, este caráter puramente de discussões, devendo ser o primeiro passo para a formação de uma federação nacional, "autônoma e sem caráter oficial, contendo isto sim um caráter muito mais reivindicativo".

Referindo-se aos recentes conflitos entre índios e posseiros ocorridos no Rio Grande do Sul dom Pedro lamenta "esta situação conflitiva na qual o sistema de lucro e exploração joga impiedosamente explorados contra explorados, o lavrador sem terra contra o índio sem garantia de sua terra".